

**38° Encontro Anual da ANPOCS**

**MOSTRA DE FILMES**

**O que pode a antropologia no desafio pela terra na região das Missões Jesuítico-Guarani do Rio Grande do Sul?**

**Uma perspectiva crítica partindo do filme *TE-RRESAFIO. O desafio pela terra***

José Otávio Catafesto<sup>1</sup>

Eduardo Hernandez Dutra<sup>2</sup>

Josep Juan Segarra<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>Professor, Doutor, Coordenador do LAE/UFRGS.

<sup>2</sup>Estudante de graduação em Ciências Sociais UFRGS. Bolsista voluntário no Projeto de Pesquisa Territorialidade Mbyá Guarani do LAE.

<sup>3</sup>Mestrando (2ºano) PPGAS/UFRGS. Bolsista CNPQ. Pesquisador do NACi/UFRGS. Coordenador da Antropo TV (no vimeo e no facebook). Realizador do filme *TE-RRESAFIO. O desafio pela terra*.

**Resumo:** A situação territorial marginal dos grupos ameríndios da etnia Mbyá-Guarani é avaliada como produto de condições políticas e econômicas constituídas na formação histórica dos países em que eles estão habitando, focando o caso das áreas de floresta da Região das Missões (noroeste do Estado do Rio Grande do Sul). Consideramos as características da atual conjuntura em que a reivindicação indígena para ocupar estas áreas é impossibilitada pela exclusividade de políticas de incentivo e exacerbação ao ciclo econômico do agronegócio voltado à exportação primária com alto custo ambiental e gerador de concentração de renda. Objetivamos contribuir aplicando os resultados desta pesquisa antropológica para explicitar críticas frente às forças anti-indígenas dominantes no meio do latifúndio primário-exportador do sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Mbyá-Guarani – Região das Missões – Território Ameríndio – Efeitos do Agronegócio

## **Introdução**

Enquanto que a regularização fundiária de Terras e Reservas indígenas na Região Amazônica é uma realidade amplamente reconhecida nacional e internacionalmente, a situação dos grupos ameríndios no sul do Brasil é radicalmente diferente, considerando a antiguidade da ocupação europeia pela colonização e pela imigração. Nas áreas de maior fertilidade do solo houve a implantação do latifúndio agropecuário sobre os territórios tomados dos grupos originários, modelo em expansão crescente sobre áreas de ambiente florestal e de campos nativos, alterando radicalmente as características do meio ambiente natural e suprimindo os poucos espaços necessários à reprodução física e cultural de grupos ameríndios, particularmente dos Mbyá-Guarani.

Começamos construindo o contexto político-econômico onde se insere a situação das Matas e das comunidades indígenas na região das Missões Jesuítico-Guarani do Rio Grande do Sul. Pensamos ser importante, para compreender as relações de disputa pela terra na região, retomar uma perspectiva ampla sobre a forma como se atualiza a divisão mundial da produção sob a perspectiva neoliberal. A geopolítica mundial atual se organiza de forma a manter o fluxo de matérias-primas e energias no sentido colonial tradicional legando um passivo ambiental aos países dominados nas hierarquias de poder do sistema-mundo moderno-colonial. Com as políticas de crescimento econômico dos últimos anos vimos crescer o alerta dos representantes das culturas originárias. Estes ao ver o avanço das monoculturas, pecuária e extração mineral sobre áreas de grande biodiversidade empreendem o esforço de defender as matas, condição para que possam reproduzir seus modos de vida tradicionais. Seguimos abordando as especificidades do

caso da Mata São Lourenço para mapear as necessidades de atuação em toda a região. Destacando sua importância para o equilíbrio ambiental da região e reprodução das práticas culturais Mbyá Guarani. E acabamos colocando algumas estratégias de atuação possíveis junto às instituições e para além destas.

### **Contexto político-econômico**

Podemos entender a degradação ambiental e as relações de conflito pela terra na Região da Missões de duas formas. Como continuidade de um processo que se instalou na América com a conquista europeia, a imposição de uma forma de conceber a apropriação da natureza sobre aquelas existentes no novo mundo; e posteriormente como parte do processo de dolarização da economia e uso político da dívida externa como forma de organização da geopolítica mundial, de modo a manter o fluxo de matérias primas e energia fluindo no sentido colonial tradicional: vejamos melhor essa segunda hipótese.

A partir de 1971, com a financeirização e dolarização da economia, (que teria se iniciado com a quebra unilateral do contrato conhecido como sistema de Bretton Woods por parte da maior economia do mundo, os Estados Unidos) as moedas que estavam, de alguma forma, lastreadas no padrão ouro passaram a ficar atreladas ao dólar, moeda emitida pelo banco central de um só país, mas que se impõe como moeda internacional. Neste processo, a dívida externa da América latina passou de US\$ 46,3 bilhões, em 1971, para US\$ 982 bilhões, em 1999, um crescimento de 21 vezes (PORTO-GONÇALVES, 2006). Os países do polo dominado do sistema de poder partem em busca da obtenção de superávit primário (aquele em que não se leva em conta o pagamento de juros) para garantir o pagamento da dívida em dólares. Seja atraindo dólares, oferecendo uma remuneração alta (juros altos), seja aumentando as exportações e diminuindo as importações. Como a taxa de juros é uma referência importante, sobretudo em uma economia capitalista, os juros elevados impõem graves efeitos sobre essas economias – recessão, perda de competitividade, desemprego – assim como, sérios efeitos ambientais.

A financeirização generalizada e sua ideologia correspondente, o mercado como panaceia, turva-nos a visão de que há uma produção material que continua para além da alienação financeira. O informe do banco mundial de 2000 nos diz que em 1999 os países do grupo dos 7, com apenas 12% da população mundial e 16% da superfície do planeta, produziam 65% da produção mundial (PORTO-GONÇALVES, 2006). Para que essa

produção fosse possível, o fluxo de matérias primas e de energia continuou a fluir no sentido colonial tradicional. Afinal, a medida da riqueza, o dinheiro, não produz os recursos naturais sem os quais nenhuma sociedade pode existir, como parece acreditar os que privilegiam a financeirização do mercado.

As implicações ambientais desse padrão de poder mundial do período de globalização neoliberal podem ser vistas, ainda, com base na pegada ecológica (estimativa que busca apontar os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população) de cada região do planeta.

Os ajustes estruturais recomendados pelos organismos financeiros mundiais procuram fazer com que a crise da dívida não se transforme em crise de crédito. A dívida externa não é para ser paga, é, sim, uma poderosa arma política para que se imponham políticas de ajuste estrutural, como as do consenso de Washington. Registre-se que, depois de 1975, os preços das matérias primas caíram cerca de 40% em relação aos produtos industrializados. Assim, para obter o mesmo produto industrializado é preciso produzir duas vezes e meia a mais de matérias primas. Deste modo, o esforço (energia, literalmente) desses países nessa direção significa, na prática, ampla utilização de recursos naturais, muitos não renováveis, como os minerais, o que está implicando o avanço sobre áreas ocupadas originalmente por populações de outras matrizes culturais (indígenas, quilombolas, camponeses), onde ricos acervos de biodiversidade estão dando lugar a monoculturas ou, ainda, para onde vem se dando a transferência de indústrias altamente poluentes do primeiro mundo para o terceiro mundo, com destaque para as de papel e celulose e as de alumínio-bauxita. Sobre essa questão afirma Porto Gonçalves:

O colonialismo e o imperialismo não deixaram de existir sob a globalização neoliberal. A colonialidade do poder tem na dívida externa e nas políticas de ajuste, recomendada pelos organismos internacionais, seu principal instrumento de dominação política nos dias que correm. Do ponto de vista analítico, contam com as abordagens de natureza crematístico-monetárias que, ao salientarem a financeirização e volatilização, deixam de captar a enorme dívida contra a natureza e contra os países e povos que, no contexto da globalização neoliberal buscam na exploração mais intensa dos recursos naturais e do trabalho os meios de obter os recursos monetários em moeda que não emitem. Há, assim, uma enorme dívida ecológica sendo contraída contra o planeta e contra a maior

parte da humanidade (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.47).

É nesta lógica que podemos entender a degradação das matas na região das missões, a partir da expansão da monocultura de soja para exportação que aparece como um novo capítulo do ataque à diversidade cultural e biológica, expandindo suas fronteiras e avançando sobre terras indígenas e territórios de mata. De acordo com o artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 65, de dezembro de 2012, sob o título “Um gosto amargo de déjà vu: o desenvolvimento e os índios”, pelas antropólogas Artionka Capiberibe e Oiara Bonilla, pode-se dizer que o ano de 2012 ficará marcado como o de maior retrocesso para a questão indígena e ambiental no país. As autoras apontam os projetos de mudança na legislação, protagonizados pela bancada parlamentar ruralista (composta por 160 deputados e 24 senadores) a qual só favorece o desmatamento e a degradação ambiental.

Entre eles, o projeto de lei do novo código florestal (PL n. 1.876/1999), que foi aprovado recheado de brechas legais e com potencial de dano ao meio ambiente maior que o anterior; também o projeto de emenda constitucional (PEC n. 215/2000), que transfere para o Congresso a aprovação da demarcação de terras indígenas e quilombolas (PEC n. 161/2007, apensada a PEC n. 215) e de unidades de conservação ambiental (PEC n. 291/2008, apensada a PEC n. 161), assim como a ratificação das demarcações já homologadas. A PEC n. 215 visa declaradamente inviabilizar os processos de demarcação, estendendo a ação do “lobby” que a sustenta e que hoje já consegue, agindo sobre a União, fazer com que alguns processos levem anos para ser definidos; há ainda a portaria n. 303 que pretende legalizar a ocupação de terras indígenas por postos militares, estradas, empreendimentos hidrelétricos e minerais, sem consulta a comunidades atingidas.

Se há uma história que se tornou símbolo do sofrimento imposto às populações indígenas pela perda de seus territórios, e que é comentada pelas autoras, essa é a dos Guarani-Kaiowá. A realidade por eles vivida beira o genocídio, explicitado por uma recente declaração pública, quando da desapropriação de suas terras, autorizada pela Justiça Federal de Navirai. Nessa declaração, eles se dispõem a morrer coletivamente em suas terras antes de serem removidos. Para confirmar com dados objetivos aquilo que se percebe nos depoimento dos Guarani-Kaiowá, basta saber que, de 2003 a 2010, foram assassinados em Mato Grosso do Sul 247 índios, de um total de 452 assassinatos de indígenas no país (dados do Conselho Indigenista Missionário – Cimi), ou seja, esse é o

estado que possui o título de maior matador de índios do país. As autoras comentam também os projetos do PAC e de que formas estes expandem a fronteira de desmatamento, ameaçando chegar ao coração da Amazônia, mencionam o processo atual como o prolongamento lógico e crítico de uma história ainda e sempre fundada na colonização agrária do país; e alertam que uma sociedade rica não pode se resumir a uma sociedade economicamente próspera. As autoras concluem que o Brasil mudou muito nos últimos setenta anos, mas ainda pede e merece uma mudança de mentalidade a respeito do significado do termo “desenvolvimento”, sob o risco de produzir, pelo esgotamento de seus recursos naturais, o extermínio físico das populações indígenas em um futuro não tão distante.

Após o levantamento de todas essas questões torna-se evidente a continuidade subjacente à ideia de desenvolvimento, própria de uma cultura imbuída de um devir histórico que não vê limites à exploração da natureza, de um processo de destruição da diversidade cultural e da biodiversidade iniciado em 1492. Processos que se intensificam atualmente com a corrida do país na busca de uma melhor colocação como economia mundial, da sua adequação aos moldes de um pensamento único. Torna-se cada vez mais providencial a emergência de uma nova racionalidade. A sobrevivência da cultura dos povos originários é de importância fundamental para que possamos vislumbrar novos caminhos.

### **Situação local: o caso dos Mbyá-Guarani e as Matas Missioneiras**

Desde meados da década de 1990, os índios Mbyá-Guarani estão mobilizados no pleito para obter o direito de ocupação tradicional de algumas poucas áreas ainda florestadas no Rio Grande do Sul, mas que são hoje propriedades privadas. Para o caso do noroeste do Estado (região das Missões), a situação continua muito crítica, pois se passaram quase duas décadas e apenas uma das áreas solicitadas pelos Mbyá foi regularizada como Reserva Estadual (Tekoa Koenju, Reserva do Inhacapetum), enquanto as demais enfrentam visível processo de degradação ambiental. O Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE-UFRGS) acompanha essa realidade desde o início da década de 2000, tendo contribuído na elaboração de diversos documentos técnicos a fim de auxiliar nesta causa.

O objetivo da equipe do LAE tem sido dispor de informações para pressionar pela abertura de processos de regularização fundiária em cada uma das unidades florestais

apontadas como de interesse pelos Mbyá-Guarani. Uma delas recebeu maior atenção desde então, por sua riqueza ambiental: trata-se de área de floresta chamada **Mata São Lourenço** que precisa da nomeação de um Grupo Técnico para elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para seu reconhecimento como Terra Indígena (TI) a ser destinada aos Mbyá-Guarani.

Apresentamos a seguir uma síntese dos dados até agora levantados para que sejam integrados futuramente como elementos no processo pleiteado por estes indígenas. A presença Mbyá-Guarani na região das Missões tem direta relação com a ocupação Guarani desde milhares de anos, como fartamente demonstram as pesquisas arqueológicas lá realizadas e publicadas desde a década de 1960, a começar pelos trabalhos de José Proença Brochado e Pedro Ignácio Scmitiz nos vales dos rios Uruguai, Ijuí e Piraitini.

Com a colonização ibérica desde o século XVI, os Guarani foram submetidos ao processo de integração pela cruz (nas reduções jesuíticas espanholas) e pela espada (*encomenderos* e bandeirantes escravistas). A criação das *Reduções Jesuíticas* deu origem aos remanescentes materiais (documentos arqueológicos, escritos e arquitetônicos) e imateriais (referências culturais) dos Trinta Povos de Missões Jesuíticas, de que fazem parte quatro Parques Federais (São Nicolau, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São João Batista) e uma infinidade de sítios arqueológicos e vestígios distribuídos por quase todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.

A relação entre os Guarani do passado das Missões Jesuíticas e os Mbyá-Guarani atuais é inquestionável hoje, principalmente depois da realização do Inventário Nacional de Patrimônio Cultural (INRC, 2004-2007) e das duas edições do *Nhemboaty Mbyá Kuery py Tava Miri* São Miguel, também chamado “Seminário Nacional Patrimônio Cultural e Povos Indígenas: os Mbyá-Guarani e as Missões” (2006 e 2007). Aos poucos, os Mbyá estão revelando histórias e mitos que demonstram sua ligação direta com as Missões, o que tem por consequência colocar em discussão a restituição de seus direitos originários sobre a terra e sobre seus recursos naturais, do que os Mbyá-Guarani ficaram marginalizados desde o período da Conquista Portuguesa e militar da Banda Oriental do rio Uruguai (1801). Desde o momento em que foram combatidos militarmente e expropriados de suas terras, os grupos familiares Mbyá-Guarani dispersaram-se e assumiram um ritmo mais itinerante de vida, estratégia de sobrevivência cultural que explica a situação precária dos seus acampamentos na beira das estradas.

O direito de propriedade foi alienado dos Guarani por conquistadores particulares (paulistas e curitibanos) que ocuparam a região, valendo-se do dispositivo de Sesmarias para criar grandes latifúndios, depois repassados aos demais descendentes de europeus que se fixaram na região de maneira mais marcante na segunda metade do século XIX (alemães e italianos, depois de outras nacionalidades). No século XX, a ação do IPHAN promoveu o reconhecimento histórico, artístico, arquitetônico e arqueológico das Missões Jesuítico-Guarani, reconhecimento que se estendeu ao Patrimônio Imaterial no início do século XXI. No caso da ação indigenista oficial promovida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na região e pela FUNAI que a sucedeu, foram criadas apenas Terras Indígenas destinadas aos Kaingang (Inhacorá e Guarita), onde foram arbitrariamente contidas as famílias Mbyá que viviam em sua mobilidade tradicional.

A situação de repressão ao trânsito dos grupos Mbyá-Guarani perdurou até que entrasse em vigência a atual Constituição Federal de 1988, quando se tornou ilegal o regime de confinamento a que os índios estavam antes submetidos pelo Estado brasileiro. Desde então, os Mbyá retornaram a muitos de seus antigos locais tradicionais, incluindo sua presença oficialmente reconhecida dentro do Parque Federal do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo desde meados da década de 1990. Foi a partir de então que a questão de regularização fundiária em proveito das comunidades Mbyá se tornou evidente na região. Um grupo de representantes Mbyá-Guarani circulou na região fazendo levantamentos e estudos no ano de 1996, o que deu origem a um documento que listou na região quatro diferentes unidades de floresta reivindicadas como de interesse à criação de áreas destinadas às comunidades Mbyá-Guarani, sendo elas: a) **Matas do Rio Inhacapetum**; b) **Matas da Esquina Ezequiel**; c) **Mata São Lourenço**; e) **Matas do Caaró**.

A **área do Rio Inhacapetum** foi objeto de processo administrativo de desapropriação pelo Governo de Estado no ano de 2000-2001, dando origem à **Reserva Estadual Mbyá-Guarani do Inhacapetum**, onde se criou e se mantém a **aldeia Tekoá Koenju**. Mas a Aldeia forma parte do município de São Miguel e o seu Prefeito se mostrou disposto a ampliar a aldeia com aproximadamente 400 hectares de mato que se encontram na outra parte do arroio que passa pelo lado da aldeia. O mesmo prefeito mostrou a sua preocupação pelos redutos naturais que ainda existem, ameaçados, na região: “não é só a Mata São Lourenço”. Neste sentido constatamos que há muito trabalho político (e antropológico em particular) para ser feito: procurar aliados políticos,



escrever e apresentar projetos, laudos e relatórios, fazer pressão midiática, denunciar as agressões ao patrimônio natural e cultural, etc. A experiência demonstra que este tipo de trabalho já deu os seus frutos na região (conforme explicado no filme).

As demais áreas ainda não foram objeto de atenção por parte da FUNAI, mas elas continuam a ser reivindicadas pelos representantes Mbyá, como reafirmado recentemente em sucessivas reuniões com representantes de diversas instituições. As **Matas da Esquina Ezequiel** foram visitadas sucessivas vezes por representantes Mbyá nos últimos anos, surgindo negociações preliminares com e a boa vontade de seus proprietários no sentido de disponibilizá-las à ocupação pelas comunidades Mbyá, desde que adquiridas mediante indenização pelos órgãos do governo. As **Matas do Caaró** são de propriedade de religiosos cristãos, nela existindo um santuário dedicado aos jesuítas coloniais mortos por índios comandados pelo cacique Nheçu. O santuário é composto uma capela, um refeitório, prédio de hospedagem e outras estruturas de suporte, incluindo um caminho utilizado como *via crucis* que finaliza em uma fonte de água natural considerada milagrosa e que está beneficiada com tanques e chuveiros. Os Mbyá-Guarani já entraram em conversação com os religiosos que administram o local e já receberam autorização para utilizá-lo como local de acampamento e venda de artesanato nas épocas em que o local é freqüentado por escolas e por excursões de visitantes.

A urgência pelo reconhecimento da **Mata São Lourenço** como área Indígena Mbyá-Guarani está manifesta formalmente pelos representantes Mbyá-Guarani, desde a correspondência que eles encaminharam aos órgãos do Governo Federal em 2007, quando também solicitaram a tramitação de reconhecimento pelo direito de ocupação da Esquina Ezequiel e do Caaró. Em 28 de junho de 2007, o LAE encaminhou correspondência ao Sr. Ricardo Lima, então Secretário Substituto na Secretaria de Identidade e de Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, apresentando uma série de elementos etnográficos, históricos e étnicos – reproduzidos abaixo - sobre ocupação tradicional da área da **Mata São Lourenço**, local de uma antiga aldeia Mbyá-Guarani que lá existiu até a década de 1960.

O caso específico da **Mata São Lourenço** e de sua ocupação pelos Mbyá-Guarani é exemplo importante para avaliar a situação mais ampla da região. Trata-se de uma área contendo mata preservada em meio a campos nativos, tendo talvez dois mil hectares de floresta em duas grandes manchas de concentração de espécies nativas maduras, localizada entre as coordenadas 28°27'30" e 28°31'30" de latitude Sul e 54°33'45" e

54°39'15" longitude Oeste, nas nascentes de córregos formadores do arroio Santa Bárbara (para sul), próximo ao divisor de águas com os formadores do arroio Urucúá (para norte), sendo trespassada pela estrada municipal sem pavimentação que faz a ligação interior e mais curta entre a cidade de São Miguel e o povoado de São Lourenço, distando poucos quilômetros desta cidade no caminho que unia estes que foram dois dos Sete Povos das Missões. A designação **Mata São Lourenço** advém de sua proximidade geográfica com o local deste antigo povoado (São Lourenço Mártir), hoje reconhecido como Parque Federal e distante apenas cinco quilômetros.

**Mata São Lourenço** reproduz a característica das Florestas Missioneiras, por sua ocorrência circundada por campos nativos, já que no vale do rio Uruguai ocorre o que os especialistas consideram área de transição entre a Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) a leste e a Estepe (Campos Gaúchos) a sul. Sua riqueza em espécies está diretamente relacionada a sua altitude em relação ao nível do mar e sua ocorrência ecológica deriva do avanço das Florestas Galeria que forma corredores ecológicos pelos arroios Santa Bárbara e Urucúá em direção aos rios Piratini e Ijuí e, de lá, até o rio Uruguai. **Mata São Lourenço** tem a configuração de um imenso “capão” de mato, palavra que é derivada da expressão Guarani “Kaapa’u”, ilha de bosque no meio do campo, embora ela esteja ligada através da mata ciliar do rio Santa Bárbara até as matas das margens do rio Piratini.

Como as demais Florestas Missioneiras, a **Mata São Lourenço** é dominada pelas Leguminosas, Lauráceas, Mirtáceas e Meliáceas, sendo formada por árvores de 20 a 30 metros de altura, com estratos de árvores menores e manchas de sub-bosque denso de bambus dos Gêneros **Gaduan**, **Chusquea**, **Merostachys** ou por arvoretas, ervas umbrófilas, lianas e epífitas. Há uma variação em ocorrência e densidade de mais de cinquenta espécies, de maneira que é difícil definir uma espécie como predominante.

**Mata São Lourenço** é o nome atual de *Kaaguy Miri*, da “Mata Pequena”, lugar onde houve a *tekoá* de Carlito *Poku*, índio *Mbyá-Guarani* que veio da Argentina na década de 1940 e que manteve assentamento no local até a década de 1970. A *Tekoá Kaaguy Miri* existiu durante décadas na **Mata São Lourenço** e ainda existem pessoas vivas que habitaram o local com o referido patriarca. Ali eles construíram *Oó* (casas tradicionais) e *Opy* (casas de reza), fizeram *kokué* (roçado) e *mundé* (armadilhas de caça) e *pari*. Existem informantes não-indígenas que ainda dão depoimentos confirmando a

existência de uma aldeia na áreas durante o século passado.

A presença dos *Mbyá* em **Mata São Lourenço** não deve ser entendida como aleatória ou casual. A referida área fazia parte do espaço ocupacional dos antigos Guarani, principalmente durante a vigência das Missões Jesuíticas. Esta afirmação é fundamentada em evidências materiais, pois os arqueólogos já fizeram o registro como Sítio Arqueológico do local contendo vestígios e fundações de uma antiga capela missioneira e de estruturas correlatas dentro da referida mata, ocorrência que precisa da salvaguarda por estabelecer ligação incontestável com as Referências Culturais dos *Mbyá-Guarani*. Assim, **Mata São Lourenço** é unidade que fazia parte da rota de circulação dos Guarani entre São Miguel, São Lourenço, Caaró e em direção a norte pelo vale do rio Urucúá até o rio Ijuí. Essa referência territorial permaneceu e foi retomada por Carlito *Poku* no século XX, talvez mesmo porque ela nunca deixou de existir.

Na metade da década de 1990, negociações estabelecidas entre a então direção do Museu das Missões - o engenheiro florestal Luis Cláudio da Silva - e um dos proprietários da área em questão viabilizaram o acesso eventual dos *Mbyá* ao interior da Mata São Lourenço, onde puderam recolher matérias-primas (taquara, cipó-guembé, cerne de guajuvira etc.) e lenha para abastecer sua aldeia então localizada no Parque da Fonte Jesuítica, na cidade de São Miguel. Desta forma, eles re-estabeleceram vínculo com a referida área, algo interrompido depois que eles foram assentados na Reserva Indígena do Inhacapetum em 2001 e com a mudança na direção do Museu das Missões.

A **Mata São Lourenço** em si é um marco natural da região, sendo visível de quem olha desde a cidade de São Miguel em direção noroeste. Ela é uma grande concentração de mata localizada em ampla encosta de coxilha, sendo o local onde brotam inúmeras vertentes de água, formadoras dos afluentes do rio Santa Bárbara. Hoje, a área possui benfeitorias construídas pelo proprietário da terra, incluindo residências, galpão, currais, hortas etc., mas localizadas na sede da fazenda e afastadas da área de floresta. Na área da Mata só existem eventuais cercas de arame, que delimitam os espaços de acesso do gado que é criado pelos proprietários atuais.

Em termos viários, a área é atravessada pela estrada sem pavimento que une São Miguel a São Lourenço. Em termos de marcos edificados é importante referir novamente a existência de Sítio Arqueológico de antiga capela missioneira localizada dentro da referida Mata, contendo as fundações e demais evidências de uma antiga construção

arruinada feita em pedra e coberta com telhas cerâmicas. Em termos culturais, somam-se os marcos reconhecidos pelos próprios *Mbyá*, daquelas referências deixadas no local pela ocupação Guarani em passado remoto e em passado recente, pela antiga existência do *Tekoá Kaaguy Miri*, muito embora seus vestígios devam ter sido camuflados pelo mato que se criou depois que eles a abandonaram na década de 1980.

Por se tratar de uma área cuja ocupação *Mbyá* não ocorre com maior frequência por ser propriedade privada, apenas foi possível recuperar elementos da memória sobre a antiga *Tekoá Kaaguy Miri*. Ainda não foi possível entrevistar ninguém que tenha residido diretamente no local, apenas obtiveram-se dados genéricos sobre tal aldeia. Da mesma forma, não foi possível realizar uma vistoria *in loco* no interior da **Mata São Lourenço**, porque exigiria trâmites com os proprietários da terra para ter liberado seu acesso aos propósitos do levantamento.

Assim, o primeiro de todos os agenciamentos reconhecidos no local foi aquele realizado pelos Guarani missioneiros residentes em São Miguel e São Lourenço, que distribuíram construções em toda a região rural periférica aos povoados, construindo fonte, caminhos, tanques, silos, fornos, currais, capelas, postos, pomares, matadouro, pedreiras, trincheiras e taipas de pedra para delimitar currais e tantas outras ocorrências já mapeadas pelos arqueólogos na região.

Um futuro trabalho de levantamento arqueológico poderia detalhar ainda mais o agenciamento do espaço feito pelos Guarani missioneiros, algo em que a fito-sociologia e a leitura especializada da paisagem florestal poderiam também contribuir. Hoje a área é utilizada com fins agropecuários por seus proprietários, algo que tem provocado a rápida degradação ambiental da área em questão. Boa parte da **Mata São Lourenço** é habitada hoje por manadas de búfalos, criados com fins comerciais e escolhidos por sua rusticidade. Sendo fauna exótica, os búfalos são vorazes consumidores das pequenas mudas de árvore, que crescem no solo da mata, impedindo que se faça a renovação dos indivíduos e que pode levar ao colapso da mata em pouco tempo.

Por outro lado, a porção mais ocidental da Mata São Lourenço está sendo derrubada aceleradamente, como se pode constatar na comparação entre imagens de satélite obtidas em 2002 e em 2005. Uma grande área da mata foi derrubada recentemente, sua madeira explorada e seu solo transformado em lavoura mecanizada. O uso agropecuário da **Mata São Lourenço** está provocando seu rápido desaparecimento

como marco ambiental da região, afetando diretamente uma área de fundamental importância à reprodução do modo de vida *Mbyá-Guarani*.

Não foram encontradas referenciais documentais escritas muito antigas para comprovar a ligação específica da área da Mata São Lourenço com a ocupação Guarani e, mais recentemente, *Mbyá*. As referências escritas aparecem inicialmente em relatórios de arqueologia, em pesquisas realizadas na região durante as décadas de 1980 e 1990, principalmente no projeto Arqueologia Histórica Missioneira coordenado pelo Prof. Dr. Arno Alvarez Kern. Foram descobertos vestígios de fundação de antiga capela dentro da referida área, além de antigas trincheiras escavadas como limite de invernadas.

Na segunda metade da década de 1990, o Museu das Missões promoveu uma mediação entre a comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel e o então proprietário da terra, cujo sobrenome é Pelágio, que abriu acesso ao trânsito dos índios para recolher lenha e outras matérias-primas dentro da mata. Desta época existem alguns documentos produzidos, inclusive porque a **Mata São Lourenço** passou a ser listada enquanto uma das áreas reivindicadas pelas lideranças *Mbyá* no Estado, a partir de documento por eles produzido em 1996, quando fizeram o re-conhecimento da área.

As origens da ocupação primordial da Mata São Lourenço são indígenas como já colocado anteriormente, ligada à história dos grupos guarani. Depois dos jesuítas, as áreas de floresta continuaram ocupadas por famílias Guarani dispersas, na medida em que elas eram marginais ao interesse pecuário que priorizava o controle das áreas de campo. Foi apenas na segunda metade do século XX que ocorreu maior especulação imobiliária das terras em São Miguel, levando a um processo sumário de alienação dos camponeses pobres e dos indígenas sobreviventes, no acesso às terras com matas, das quais se passaram a extrair madeiras e as transformar em áreas produtivas pela lavoura de grãos.

Há duas Referências Culturais divergentes no caso das terras e das matas que existem em São Miguel. A Referência Cultural dominante é aquela que estabelece o valor da apropriação privada e exclusiva da terra, tornando legítimo extrair do solo rendimentos que revertem em benefícios fiscais e econômicos da exploração desenfreada dos recursos naturais. Assim, a **Mata São Lourenço** vai sendo lentamente corroída, sem que os órgãos de fiscalização ambiental tomem providências para suspender tal absurdo.

Outro sentido é aquele expresso pelos *Mbyá* em relação ao valor simbólico da

**Mata São Lourenço.** Diversos depoimentos informais fizeram referência sobre o conhecimento da **Mata São Lourenço** entre os *Mbyá*, mas não foi possível realizar melhor detalhamento do assunto até o presente momento. O *Mbyá* Lino Cáceres e a filha de Carlito *Pocu* são referidos como informantes privilegiados a entrevistar, para se tentar localizar os vestígios da aldeia *Tekoá Kaaguy Miri* e recuperar as representações e o simbolismo cultural trazido por suas memórias. Existem também informantes locais pequenos proprietários que residem na região há muito tempo e sabem informar sobre a presença indígena nessa mata.

Para os *Mbyá*, Mata São Lourenço foi local onde existiu antiga aldeia que possui ligação direta com o acampamento do Caaró, até onde os antigos Guarani iam caminhando e depois podiam embarcar no rio Urucú e descer até o Uruguai pelo curso do ri Ijuí. São Miguel se manteve, assim, relacionada ao Tape segundo a concepção geográfico-cosmológica dos *Mbyá*, mesmo depois que as áreas de campo e a mesopotâmia Ijuí-Piraitini tornou-se dominada pela ocupação brasileira, através do eixo terrestre da BR-285.

Hoje, toda a região está ocupada por propriedades de média e grande dimensão, utilizadas como granjas destinadas à produção pecuária e agrícola pelo sistema de monocultura voltada à exportação (trigo e soja principalmente). Na área da **Mata São Lourenço**, observa-se uma contínua degradação dos recursos florestais, seja pelo desmatamento ilegal feito para a criação de clareiras de cultivo (figura 1), seja pela pecuária que restringe a reprodução das mudas das espécies de floresta.

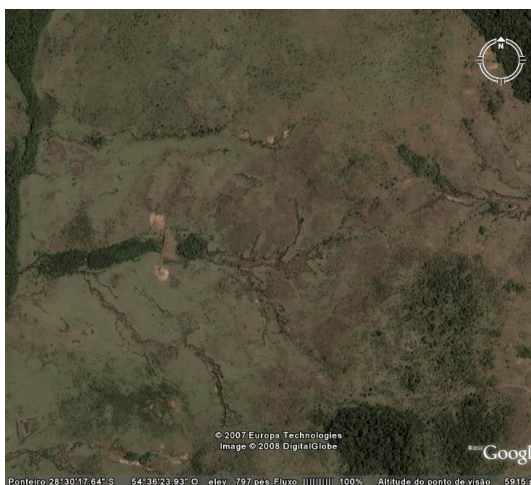


Figura 1: Imagem de satélite demonstrando a evidente abertura de clareiras escondidas na mata, para a criação de lavouras mecanizadas e baseadas no uso de insumos químicos que degradam o solo e restringem a reprodução florestal.



Figura 2: Imagem de Satélite demonstrando a existência de diversas clareiras desmatadas dentro da floresta, separando em manchas ou capões uma composição que antes cobria todas as nascentes do arroio Santa Bárbara

O desmatamento atinge todos os lados da Mata São Lourenço. Outro fator de evidente degradação da área é a criação pecuária, principalmente pela utilização de búfalos, espécie exótica reconhecida por sua rústica voracidade, degradando as mudas das espécies vegetais, ao ponto de provocar a erosão do solo e promover o surgimento de valas de erosão (ou bossorocas).



demonstrando a degradação ambiental provocada pela pecuária de búfalos. Observam-se diversas valas de erosão, onde outrora existia uma cobertura florestal. A recuperação da mata é impossibilitada, mantida apenas ao nível de campos sujos e vassourais. Observam-se também represamento das fontes de água para criação de açudes, convertidos em fonte de água para o gado.

Figura 3: Imagem de satélite

Em termos de ocupação atual, além das benfeitorias relacionadas à produção agropecuária (cercas, açudes e lavouras), a área possui apenas quatro sedes de granjas e fazendas e uma moradia, conforme se observa abaixo:



Fig.4: Sede 1



Fig.5: Sede 2



Fig.6: Sede 3



Fig.7: Sede 4



Fig.8: Moradia 1



## **Delimitação da área a ser demarcada aos Mbyá na Mata São Lourenço**

A proposta apresentada a seguir foi elaborada a partir de uma série de elementos prévios acumulados ao longo de décadas pela equipe de pesquisa do LAE-UFRGS na região onde está localizada a **Mata São Lourenço**, buscando e pesquisando sítios arqueológicos missioneiros e entrevistando moradores sobre a história oral da localidade. A área de Mata São Lourenço também foi visitada, quando acompanhamos as expedições dos Mbyá-Guarani na busca de recursos vegetais. Acompanhamos também parte das negociações travadas entre Luis Cláudio da Silva, então diretor do Museu das Missões, e o então proprietário de grande parte da mata, Senhor Pelágio.

Não houve, entretanto, tempo hábil para realizar levantamento mais detalhado diretamente em campo, de maneira que o mapa apresentando a posição de vinte e seis pontos (P1 a P26) definindo a proposta de um polígono de demarcação, bem como a descrição de suas respectivas coordenadas geográficas e o memorial descritivo do perímetro, foram elaborados a partir de uma ferramenta de sensoriamento remoto, mas de grande precisão que são as imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth através da internet (acessado em 17 de janeiro de 2008).

A escolha dos pontos e do perímetro de limites pautou-se pela avaliação comparada de uma série de fatores justapostos. Em primeiro e prioritário, buscou-se resguardar todas as áreas de mata mais preservada. Em segundo, sempre foi utilizado como critério diminuir o impacto tanto quanto possível sobre proprietários locais e suas benfeitorias, evitando encarecer o futuro processo indenizatório e de regularização fundiária. Em terceiro, buscou-se resguardarem todas as micro-bacias e as áreas de declive para onde escoam os mananciais hídricos da área a ser reconhecida em prol dos Mbyá, sempre tendo por referência o divisor de águas para preservar as nascentes e evitar o escoamento de poluição química para dentro da Mata São Lourenço.

A escolha do perímetro da área levou em consideração a preservação dos mananciais e das matas, integrando, sempre que possível como zona tampão, as áreas circundantes de campos nativos, bioma que também têm sua importância ecológica e precisa de preservação. Também foi utilizado como critério estabelecer pontos em locais de fácil reconhecimento e que tivesse mirada direta para os pontos que o antecede e o sucede. Buscou-se também valer-se de locais com demarcações já existentes (pontos locados no vértice de cercas e propriedades) e de se valer do traçado das estradas existentes como forma de facilitar o estabelecimento do perímetro da futura área de reserva indígena.

Apenas há um segmento do perímetro de delimitação que pode ser questionado por propor atravessar a estrada municipal que une São Miguel a São Lourenço (entre os pontos P19 e P24), numa seção em que essa estrada atravessa uma parte da Mata São Lourenço. A inclusão da porção localizada a norte dessa seção como parte da Terra Indígena justifica-se pela existência de uma grande mancha de floresta ali sobrevivente e que tem nítida continuidade ecológica com a porção do outro lado da estrada. Há também o critério de resguardar o declive do terreno até seu divisor de águas localizado nessa referida mancha de mata.

O estudo atento das imagens de satélite (Google Earth, 2007) para a elaboração deste documento permitiu constatar a lamentável degradação de boa parte da Mata São Lourenço, com a existência de grandes clarões dentro das áreas de mata, escondendo lavouras criadas sobre o solo da floresta degradada clandestinamente em tempo recente. Urge realizar o processo demarcatório com a maior previdade possível, a fim de suspender o atual ritmo de degradação dos recursos da Mata São Lourenço.

#### 1.1. Mapa de localização de pontos e do perímetro de delimitação da Terra Indígena Mata São Lourenço.

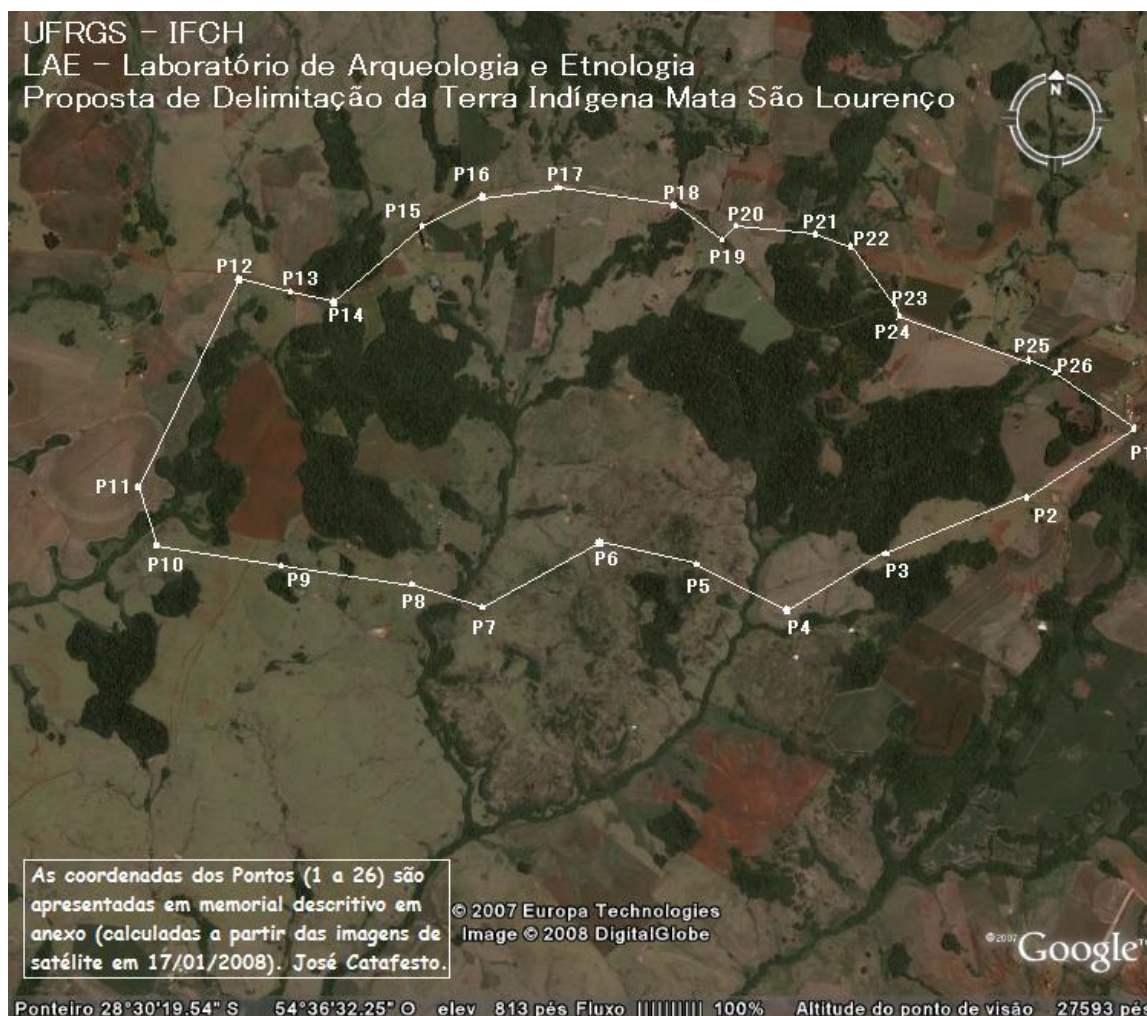


Figura 9: Imagem de satélite definindo a localização dos pontos de flexão do polígono definido pelo perímetro de delimitação da futura Terra Indígena Mbyá-Guarani Mata São Lourenço.

### **As estratégias políticas e o filme**

Os dados apresentados no documento do LAE objetivavam assessorar o processo administrativo de regularização fundiária a ser promovido pela FUNAI. No entanto, até o momento a FUNAI não se pronunciou ao respeito. O LAE se colocou à disposição para efetuar o levantamento de novos dados, bem como para prestar os esclarecimentos complementares que se fizerem necessários. Porém, a não atuação da FUNAI nos convida a pensar em novas estratégias de ação não só dependendo da iniciativa das instituições competentes mas explorando as nossas possibilidades estratégicas enquanto antropólogos e sujeitos políticos.

Em documento produzido pelo LAE, no ano 2008, foram apontadas algumas **linhas de atuação** institucional para a preservação das áreas em questão. Neste artigo retomamos estas linhas e apontamos outras:

-Há a necessidade de aprofundar identificação da Mata São Lourenço enquanto Terra indígena, considerando ela estar enquadrada no critério da imemorialidade de ocupação, conforme definido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto do índio.

-Em se tratando de tradicionalidade de ocupação, o dispositivo de tombamento como bem cultural poderia efetuar um reforço oficial ao processo de regularização fundiária a ser promovido pelo Ministério da Justiça e executado pela FUNAI.

-Postula-se a recomendação de promover um projeto de arqueologia que possa identificar vestígios materiais da ocupação Guarani na área abrangida atualmente pela Mata São Lourenço. Assim, poder-se-á fazer a documentação exaustiva desses vestígios, convertendo-os em base ao registro das estruturas arquitetônicas e arqueológicas existentes.

-Recomenda-se também agenciar equipe de botânicos, ecólogos, engenheiros florestais, zoólogos e outros especialistas para efetuar estudos das características ambientais da Mata São Lourenço, ajudando a detalhar sua importância enquanto matriz de sustentação do modo de ser Guarani.

-Recomenda-se que se faça um urgente contato com os proprietários da Mata São Lourenço, para que eles se sensibilizem e não sejam coniventes com a destruição do Patrimônio Imaterial e Material representado por esta área que se integra na paisagem do Sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo.

Além destas recomendações para preservar a Mata São Lourenço defendemos a necessidade de, como antropólogos, atuar em todas as matas ameaçadas na região (do Rio Inhacapedum, da Esquina Ezequiel, São Lourenço e do Caaró):

-Contatar os proprietários de todas elas e negociar diferentes possibilidades de atuação. Os indígenas não querem a propriedade da terra mas que a posse não seja exclusiva, que não seja excludente, para que eles possam circular e curtir do meio ambiente. Por tanto, comprar a terra não é a única opção do Estado. A isenção de impostos é outra via utilizada em muitos casos.

-Contatar também os governos municipais, estadual e federal competentes para levar a cabo as atuações necessárias.

-Procurar editais para projetos ambientais, culturais e de reconhecimento de direitos de comunidades ancestrais.

-Em caso de que as partes contatadas por nós não realizem ações abertas a encontrar soluções satisfatórias socialmente e ambientalmente não descartamos vias jurídicas.

O filme *TE-RRESAFIO. O desafio pela terra* bebe da experiência do Arqueólogo e Antropólogo José Otavio Catafesto, Doutor e Professor da UFRGS. O Professor Catafesto nos lega uma tradição de pesquisa e luta política nas Missões que vem implicando diferentes pesquisadores, moradores do lugar e entidades públicas. Falamos de “pesquisa e luta política” porque a antropologia que estamos fazendo é, inevitavelmente, uma antropologia engajada politicamente. O nosso trabalho se situa num contexto onde tem pessoas capazes de defender os seus interesses ilegítimos e ilegais coa força das armas. Estas pessoas nos ameaçaram de utilizar as armas contra nós no caso de nós publicar imagens dos seus delitos ambientais. Então nos implicamos numa luta, num desafio pela terra, pelo meio ambiente e pelo direito dos povos indígenas de poder reproduzir a sua forma de vida que é indissociável da relação sustentável coa natureza: mato, rios, animais...

Em duas saídas de campo durante o ano de 2012, uns 50 estudantes cada vez, visitamos as Missões com o Professor Catafesto e a companhia dos Mbyá Guarani e diferentes outros moradores do lugar. Tivemos a oportunidade de conhecer os velhos povos das Missões como legado dos povos guarani e os jesuítas que os ocuparam. Ao mesmo tempo constatamos que a colonização continua acontecendo hoje. Para os povos indígenas a natureza é muito mais do que um recurso para ser espoliado. A natureza é indissociável da humanidade e o seu destino e a sua existência são o nosso mesmo destino e existência. A história nos mostra que os povos indígenas são os cuidadores perfeitos do mato e dos rios. Por outra parte, o filme tenta contribuir na

denúncia de que até o momento o poder público, que deveria fiscalizar e denunciar as atividades ilegais, não fez nada para frear a situação.

Por tanto, este artigo e o filme do que parte tem como temática mais abrangente os conflitos pela terra nas Missões. Mais concretamente o artigo pretende trazer alguns elementos que não aparecem no filme e que são muito relevantes para aprofundar o trabalho antropológico na região. Neste sentido, um dos moradores e proprietários de terra no lugar nos falou que há uns 300 hectares da Mata São Lourenço sem escritura (“não são de ninguém”, ele diz, ou são do Estado). Achamos importante tratar esta questão em pesquisas futuras para ver a quem pertence cada parte e ativar o mais cedo possível o projeto de reconhecimento de terras indígenas.

As nossas perspectivas teórico-metodológicas neste trabalho partiram da pesquisa etnográfica (basicamente a partir da observação participante e das entrevistas) para criar “saberes localizados”<sup>4</sup>. A nossa presença nos lugares foi pensada para ser uma arma política. O Professor Catafesto destacou a importância de nossas visitas no IPHAN e na Prefeitura. Colocar as nossas vozes, os nossos corpos e as nossas câmeras lá significava transmitir: “estamos preocupados com isto e trabalhamos para isto”. Mas dois anos passaram e no mês de agosto de 2014 nenhuma iniciativa oficial foi adotada e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pela nomeação do Grupo Técnico à elaboração do RTID, ainda não emitiu nenhum comunicado aventando empreender o reconhecimento de novas terras indígenas na região das Missões.

Por tanto, cabe refletir sobre a agência dos antropólogos nesta conjuntura política já que o nosso papel é fundamental neste contexto. É urgente definir linhas de atuação antropológica, no presente e no futuro, além da espera passiva quanto ao pronunciamento da FUNAI e demais órgãos públicos para que os direitos territoriais ameríndios sejam garantidos antes que as últimas unidades florestais sejam consumidas pelo afã produtivista do modelo do agronegócio.

---

<sup>4</sup>No sentido de Donna Haraway (1995): “Saberes localizados”. Em (consultado o 20/03/14): file:///C:/Users/Usuario/Downloads/cadpagu\_1995\_5\_2\_HARAWAY.pdf

## Referências bibliográficas

- CABIBERIBE, Artionka; BONILLA, Olara. “Um gosto amargo de déjà vu: desenvolvimentismo e os índios.” In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 8 / Número 65, 2012.
- COMISSÃO DE TERRA MBYÁ-GUARANI. Relatório de identificação de áreas para reverter à posse das comunidades Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: COMIM, 1996.
- HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial" [orig. The science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988]. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-42, 1995b.
- HERNANDES DUTRA, Eduardo. Mata São Lourenço: patrimônio biológico e cultural (no prelo).
- INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. 2006.
- JUAN, Josep. “TE-RRESAFIO. O desafio pela terra.” (ANTROPO TV, 10.08.14, "<https://vimeo.com/56444741>"). 47 min.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “A globalização da natureza e a natureza da globalização”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RIST, Gilbert. “Development as a buzzword”. In: *Development in Practice*. Volume 17 – number 4-5 – August 2007.
- SAHLINS, Marshall. “A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental.” In: *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e as Terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Experiências locais e olhares globais. Desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha –MG no campo ambiental. In: Steil, Carlos Alberto e Carvalho, Isabel Cristina de Moura. *Cultura, Percepção e Ambiente*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.